



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE TAQUARA EM 23.08.2016

Aos 23 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Taquara o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004094-96.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Coordenador Mauro Augusto da Silva, lotado nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 19.08.2015

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 22.08.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Eduardo de Camargo	1ª Vara do Trabalho de Taquara

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Taquara gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				na Unidade Judiciária
1	Mauro Augusto da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	19.05.1997
2	Orion Machado Pereira	Técnico Judiciário – Segurança	Assistente (FC04)	19.04.1994
3	Luiz Fernando Grings	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	10.09.2010
4	Luciano Schuck	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	06.09.2004
5	Samira Carolina Netto Machineski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	27.06.2013
SEG	Daniel Salomon de Magalhães	Técnico Judiciário – Segurança	-	01.03.2013

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Andre Westermann	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	24.01.2006
2	Andrea Farias Guedes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	04.05.2015
3	Carlos Roberto Silva Martins	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	20.12.2007
4	Claudio Luis da Vinha Noronha	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	02.04.2007
5	Diego Anzilago Gobatto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.08.2012
6	Irineu Pedro Schnorr	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.02.2005
7	Sandro Borges Fortes Viecili	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.06.2001

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2016)



2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Mauro Augusto da Silva	Curso ou evento (CURS)	3	5
		Tratamento de Saúde - LTS	2	
2	Orion Machado Pereira	-	-	-
3	Luiz Fernando Grings	-	-	-
4	Luciano Schuck	-	-	-
5	Samira Carolina Netto Machineski	Casamento - CASA	4	4
6	Daniel Salomon de Magalhães	Curso Parcial	1	12
		Tratamento de Saúde - LTS	11	

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Andre Westermann	Tratamento de Saúde - LTS	11	11
2	Andrea Farias Guedes	Licença Gestanta	120	181
		Licença Gestante - Prorrogação	60	
		Tratamento de Saúde - LTS	1	



3	Carlos Roberto Silva Martins	Tratamento de Saúde – LTS	15	15
4	Claudio Luis da Vinha Noronha	Cursos ou Eventos	1	2
		Tratamento de Saúde (LTS)	1	
5	Diego Anzilago Gobatto	Tratamento de Saúde (LTS)	15	15
6	Irineu Pedro Schnorr	Tratamento de Saúde (LTS)	38	38
7	Sandro Borges Fortes Viecili	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2016)

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados de Taquara, aproximadamente 30% dos servidores aderiram à Greve de Servidores do ano de 2015. Foi expedida a Portaria nº 01/2015, em 09 de julho, em que restringido o horário de atendimento ao público das 10h às 12h e das 13h30min às 17 e suspenso o registro das petições e processos recebidos no sistema informatizado, o que vigorou até 24 de setembro.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
-	Sérgio Amorim dos Santos	18.12.2006	11.04.2016	09 anos, 03 meses e 24 dias	Lotação na Seção de Tecnologia e Segurança Eletrônica

Central de Mandados					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Dioni Leandro Gomes de Almeida	14.11.2011	03.05.2015	3 anos, 5 meses e 19 dias	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre



2.2.6 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.08.2016.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
Total em 2014	499	R\$ 2.759,54	R\$ 0,00
Média mensal em 2014	41,58	R\$ 229,96	R\$ 0,00
Total em 2015	403	R\$ 2.230,35	R\$ 0,00
Média mensal de 2015	33,58	R\$ 185,86	R\$ 0,00
Variação (%) 2014-2015	-19,24%	-19,18%	#DIV/0!
Total em 2016 (até junho)	187	R\$ 1.038,46	R\$ 0,00
Média mensal de 2016	31,17	R\$ 173,08	R\$ 0,00
Variação (%) 2015-2016	-53,60%	-53,44%	#DIV/0!

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 06.07.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 33,58 certidões negativas por mês em 2015, média 19,24% inferior à verificada em 2014.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	14096 - 74,06%	4936 – 25,94%	19032
Processos com reclamadas	80472 (Totalmente) – 92,47%	4080 – 4,69%	87027
	2475 (Parcialmente) – 2,84%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.08.2016, 14h48min)



O artigo 41, §4º, da CPCR dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR consultados no dia 02.08.2016, 74,06% das reclamadas (14.096 reclamadas) dos processos físicos do Foro de Taquara encontravam-se com cadastro unificado. Portanto, restavam pendentes de unificação 4.936 cadastros de reclamadas. Houve pequeno aumento no número de cadastros de reclamadas não unificados na comparação com os dados de 2014, apurados na inspeção correcional passada.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançaram o percentual de 92,47% dos processos que tramitam no Foro. Nesse particular, o percentual manteve-se estável em relação aos dados apresentados no ano de 2014, quando os cadastros de reclamadas totalmente unificados vinculados a processos alcançou o percentual de 92,39%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços Dos Advogados		5002 – 93,06%	373 – 6,94%	5375
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	86400 (Totalmente)- 99,28%	616 – 0,71%	87027
		11 (Parcialmente) – 0,01%		
	Reclamada	86812 (Totalmente) – 99,75%	139 – 0,16%	87027
		76 (Parcialmente)- 0,09%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.08.2016, 14h48min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 93,06% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Taquara encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes encontravam-se totalmente unificados em 99,28% dos processos e os dos advogados de reclamadas em 99,75%.

Salienta-se ter se mantido estável o número de unificações de endereços de advogados.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Órgãos		873– 99,66%	3 - 0,34%	876
Processos com Órgãos		4778 – 100%	0 -0%	4778

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.08.2016, 14h49min)



De acordo com o sistema informatizado, 99,66% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, restando pendentes de unificação cerca de 3 Órgãos, o que corresponde a 0,34% do total. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, o índice de unificação alcançou 100%. Na comparação com ano anterior, percebe-se um aumento pouco significativo na unificação dos cadastros de Órgãos (apenas 0,01 pontos percentuais).

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)
Ação Anulatória	1	0	-100,00%	0
Ação Cautelar	4	2	-50,00%	0
Ação Civil Pública	3	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	1	0	-100,00%	0
Ação de consignação	101	0	-100,00%	0
Ação de indenização	16	0	-100,00%	0
Ação declaratória	3	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	1	0	-100,00%	0
Carta de sentença	6	1	-83,33%	0
Carta precatória	165	0	-100,00%	0
Embargos de terceiro	26	13	-50,00%	5
Protesto	3	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	3.168	3	-99,91%	2
Reclamatória-sumaríssimo	90	1	-98,89%	0
TEE multa DRT	7	1	-85,71%	0
TOTAL	3.595	21	-99,42%	7
MÉDIA POR MÊS	299,58	1,75	-99,42%	1,17

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07. 2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 21 novas ações em **processos físicos** no Foro de Taquara, registrando-se uma média mensal de 1,75 distribuições. Esse número foi inferior em 99,42% às ações distribuídas em 2014. Nos primeiros seis meses do ano de 2016, foram distribuídas 7 novas ações em processos físicos.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES



	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Dias Úteis	Média/dia
Total em 2014	10.935	10.919	11.874	9.823	43.551	228	191,01
Total em 2015	5.975	5.648	6.796	5.268	23.687	223	106,22
Variação 2014-2015 (%)	-45,36%	-48,27%	-42,77%	-46,37%	-45,61%	-2,19%	-44,39%
Total em 2016 (até junho)	2.624	2.905	2.657	2.270	10.456	109	95,93
Variação (%)	-56,08%	-48,57%	-60,90%	-56,91%	-55,86%	-51,12%	-9,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 23.687 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 106,22 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma queda de 44,39% na média diária de petições e documentos protocolizados. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPC/2008 incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Taquara fica em sala contígua à ocupada pela CCDF e encontra-se bem organizado. As estantes não são mais separadas por Vara. Atualmente, a numeração dos lotes é sequencial, à medida que chegam, independentemente da Vara de origem. Nesse ano de 2016 não foram remetidos lotes ao depósito centralizado em face da contenção de despesas deste Tribunal.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

A partir da análise da listagem das cargas de processos, obtida no inFOR, constatou-se não haver processos em carga com prazo de devolução vencido.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS



4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Taquara está dividida em 07 setores:

Taquara Leste: responsável, Carlos Martins. Abrangência: município de Taquara, Av. Sebastião Amoretti, inclusive, em direção ao município de Rolante.

Rolante e Riozinho: responsável, Andrea Guedes. Abrangência: municípios de Rolante e Riozinho.

Taquara Oeste: responsável, André Westermann. Abrangência: município de Taquara, da Av. Sebastião Amoretti em direção oeste, até divisa com Parobé e Igrejinha.

Igrejinha: responsável, Cláudio Noronha. Abrangência: município de Igrejinha

Três Coroas: responsável, Diego Gobatto. Abrangência: município de Três Coroas.

Parobé: responsável, Irineu Schnorr. Abrangência: município de Parobé com logradouros ao norte da Rodovia RS 239.

Santa Cristina: responsável, Sandro Borges Fortes. Abrangência: logradouros ao sul da RS 239 no município de Parobé, bem como todos os bairros e distritos da jurisdição localizados ao sul do leito do Rio dos Sinos.

O revezamento dos setores é realizado a cada três meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados originados em processos físicos são distribuídos nas sextas-feiras. Os mandados eletrônicos são distribuídos diariamente. Mandados urgentes e de plantão são distribuídos imediatamente, para o oficial de plantão, contatado por telefone.

A conferência das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça avaliadores referentes aos processos físicos é feita pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Nos processos eletrônicos não é feita a conferência porque os mandados são devolvidos diretamente pelo Oficial à Vara.



Os mandados físicos são devolvidos pelos Oficiais, normalmente, nas sextas-feiras e na segunda ou terça-feira da semana seguinte são encaminhados às varas. A cobrança dos prazos para cumprimento, se necessário, é feita verbalmente ao Oficial de Justiça pelo coordenador.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
Mês/Ano	Total	Média Mensal
2014	3.949	329,08
2015	1.676	139,67
Variação 2014-2015 (%)	-57,56%	-57,56%
2016 (até junho)	829	138,17
Variação (%)	-50,54%	-1,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07. 2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	629	52,42
2015	2.690	224,17
Variação 2014-2015 (%)	327,66%	327,66%
2016 (até junho)	2.241	373,50
Variação (%)	-16,69%	66,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 06.07.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Taquara recebeu 4.366 mandados, sendo 1.676 de processos físicos e 2.690 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 363,83 mandados recebidos, média geral 4,63% inferior à média verificada em 2014.



Por sua vez, no primeiro semestre de 2016 foram recebidos 3.070 mandados, dos quais 829 oriundos de processos físicos e 2.241 de processos eletrônicos.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro em 18.08.2014, verificou-se redução, em 2015, de 57,56% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos. Em contrapartida, houve aumento de 327,66% na média de mandados oriundos de processos eletrônicos.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)
Busca e Apreensão	25	17	-32,00%	7
Citação	317	269	-15,14%	155
Condução de Testemunha	6	9	50,00%	0
Notificação	2.856	769	-73,07%	278
Penhora	556	408	-26,62%	255
Outros	204	207	1,47%	118
Total	3.964	1.679	-57,64%	813

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.16)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)
Notificação	495	2.374	379,60%	1.860
Mandado	65	293	350,77%	238
Ofícios	1	54	5300,00%	42
Total	561	2.721	385,03%	2.140

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 06.07.2016)

Foram cumpridos 4.053 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.679 oriundos de processos físicos e 2.721 de processos eletrônicos. Em relação aos processos físicos, houve redução de 2.285 mandados cumpridos em 2015 (57,64%), na comparação com 2014. Nos



processos eletrônicos, contudo, observou-se aumento de 385,03% no número de mandados cumpridos: de 561, em 2014, para 2.721, em 2015.

Nos processos físicos, a notificação foi a espécie mais frequente de diligência em 2015 (769), seguida pela penhora (408). Nos processos eletrônicos, também foram as notificações a espécie mais frequente de diligência.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)
Busca e Apreensão	6,48	10,35	59,77%	6,57
Citação	8,84	12,54	41,81%	8,05
Condução de Testemunha	11,00	14,67	33,33%	#DIV/0!
Notificação	6,50	9,76	50,12%	8,65
Penhora	12,08	17,18	42,24%	12,06
Outros	7,25	9,09	25,34%	6,99
Prazo Médio Geral	7,51	11,96	59,11%	9,35

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)
Notificação	6,43	8,18	27,29%	6,37
Mandado	7,57	10,31	36,17%	9,16
Ofício	0,00	9,98	#DIV/0!	7,69
Prazo Médio Geral	6,55	8,45	28,99%	6,70

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 06.07.2016)

Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos pela Central de Mandados de Taquara observou aumento de 59,11% em 2015 na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras foram as diligências que demandaram maior tempo para cumprimento, registrando aumento médio de 12,08 para 17,18 dias, o que corresponde a uma elevação de 42,24%. Quanto aos mandados de



condução de testemunha, observa-se que, independentemente do prazo que permanece com o Oficial de Justiça, o cumprimento só é efetivado no dia da audiência designada, razão pela qual a média desse item deve ser considerada com cautela.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o prazo médio geral para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores avançou de 6,55 dias, em 2014, para 8,45 dias, em 2015, lapso de tempo 28,99% maior. Dentre as espécies, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (10,31 dias), ao passo que as notificações foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (8,18 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 30.06)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	3	12,00%	6	35,29%	2	28,57%
Citação	119	37,54%	105	39,03%	47	30,32%
Condução de Testemunha	4	66,67%	8	88,89%	0	#DIV/0!
Notificação	603	21,11%	260	33,81%	87	31,29%
Penhora	234	42,09%	182	44,61%	98	38,43%
Outros	47	23,04%	46	22,22%	20	16,95%
Total Geral	1.010	25,48%	607	36,15%	254	31,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 30.06)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	121	24,44%	719	30,29%	396	21,29%
Mandado	22	33,85%	121	41,30%	97	40,76%
Ofício	0	0,00%	15	27,78%	11	26,19%
Total	143	25,49%	855	31,42%	504	23,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 06.07.2016)



O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 607 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 36,15% de todos os mandados cumpridos, havendo aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso em 2014, que foi de 25,48%.

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 855 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o equivalente a 31,42% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (41,3%).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Taquara:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do Mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000739-70.2014.5.04.0381	381-01006/14	CITAÇÃO	03/11/14	22/04/15	170
0081000-03.2006.5.04.0381	381-00324/15	PENHORA	05/06/15	16/11/15	164
0081000-03.2006.5.04.0381	381-00323/15	PENHORA	05/06/15	16/11/15	164
0000126-47.2014.5.04.0382	382-00123/15	CITAÇÃO	05/06/15	20/10/15	137
0001177-27.2013.5.04.0383	383-00584/15	PENHORA	11/12/15	25/04/16	136
0012700-17.2005.5.04.0383	384-00922/14	OUTROS	15/12/14	27/04/15	133
0000088-32.2014.5.04.0383	383-00286/15	PENHORA	19/06/15	19/10/15	122
0000339-61.2011.5.04.0381	384-00284/15	PENHORA	26/06/15	23/10/15	119
0001605-77.2011.5.04.0383	383-00336/15	PENHORA	17/07/15	06/11/15	112
0000060-64.2014.5.04.0383	383-00294/15	NOTIFICAÇÃO	26/06/15	15/10/15	111
0171200-84.2005.5.04.0383	383-01358/14	OUTROS	07/01/15	27/04/15	110



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000873-62.2012.5.04.0383	383-00334/15	PENHORA	17/07/15	19/10/15	94
0000621-59.2012.5.04.0383	383-00328/15	PENHORA	17/07/15	16/10/15	91
0000978-10.2010.5.04.0383	383-00045/15	NOTIFICAÇÃO	30/01/15	29/04/15	89
0095500-05.2005.5.04.0383	383-00049/15	PENHORA	30/01/15	27/04/15	87
0000748-26.2014.5.04.0383	383-00363/15	NOTIFICAÇÃO	31/07/15	23/10/15	84
0000852-86.2012.5.04.0383	383-00367/15	NOTIFICAÇÃO	24/07/15	15/10/15	83
0001002-30.2013.5.04.0384	384-00393/15	NOTIFICAÇÃO	20/11/15	10/02/16	82
0000837-49.2014.5.04.0383	383-00575/15	PENHORA	04/12/15	24/02/16	82

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020380-04.2015.5.04.0383	Notificação	26/06/15	18/09/15	84
0020207-83.2015.5.04.0381	Mandado	22/07/15	14/10/15	84
0020600-96.2015.5.04.0384	Mandado	03/07/15	23/09/15	82
0021013-18.2015.5.04.0382	Notificação	29/07/15	14/10/15	77
0020758-63.2015.5.04.0381	Notificação	23/07/15	02/10/15	71
0020392-52.2014.5.04.0383	Ofício	24/07/15	02/10/15	70
0020716-08.2015.5.04.0383	Notificação	24/07/15	02/10/15	70
0020064-85.2015.5.04.0384	Notificação	30/01/15	05/04/15	65
0020773-26.2015.5.04.0383	Mandado	04/08/15	07/10/15	64
0020485-75.2015.5.04.0384	Notificação	17/07/15	18/09/15	63
0020707-43.2015.5.04.0384	Notificação	10/07/15	10/09/15	62



0020465-57.2014.5.04.0372	Notificação	23/01/15	23/03/15	59
0020902-34.2015.5.04.0382	Notificação	14/07/15	10/09/15	58
0020804-46.2015.5.04.0383	Mandado	17/08/15	14/10/15	58
0020765-98.2014.5.04.0281	Mandado	10/08/15	05/10/15	56
0020308-23.2015.5.04.0381	Mandado	02/03/16	25/04/16	54
0020379-19.2015.5.04.0383	Notificação	27/07/15	17/09/15	52
0020013-14.2014.5.04.0383	Notificação	22/07/15	10/09/15	50
0020758-63.2015.5.04.0381	Notificação	23/07/15	11/09/15	50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 13 mandados pendentes de devolução nos processos físicos. Tais pendências, no entanto, se atribuem à ausência do andamento de baixa no sistema.

	Nº Processo	Nº Carga OJ	Data da Distribuição	Tipo Mandado
1	0039900-94.2008.5.04.0382	382-00128/16	01/07/16	PENHORA
2	0000074-19.2012.5.04.0383	383-00211/16	03/06/16	PENHORA
3	0001206-74.2013.5.04.0384	384-00260/16	08/07/16	CITAÇÃO
4	0088200-89.2005.5.04.0383	383-00259/16	15/07/16	PENHORA
5	0000800-96.2012.5.04.0381	381-00250/16	22/07/16	PENHORA
6	0001468-33.2013.5.04.0381	381-00254/16	22/07/16	CITAÇÃO
7	0001468-33.2013.5.04.0381	381-00256/16	22/07/16	CITAÇÃO
8	0001468-33.2013.5.04.0381	381-00257/16	22/07/16	CITAÇÃO
9	0001468-33.2013.5.04.0381	381-00258/16	22/07/16	CITAÇÃO
10	0000081-74.2013.5.04.0383	383-00275/16	22/07/16	NOTIFICAÇÃO
11	0000081-74.2013.5.04.0383	383-00276/16	22/07/16	NOTIFICAÇÃO
12	0000082-59.2013.5.04.0383	383-00277/16	22/07/16	NOTIFICAÇÃO
13	0000082-59.2013.5.04.0383	383-00278/16	22/07/16	NOTIFICAÇÃO

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)



Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 06.07.2016, apresentava 6 mandados sem registro de cumprimento, sendo que o mais antigo foi distribuído em 08.07.2016.

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias penderentes
1	0020686-55.2016.5.04.0021	08/07/16	Notificação	CARLOS ROBERTO SILVA MARTINS	27
2	0020862-12.2016.5.04.0384	12/07/16	Mandado	ANDREA FARIAS GUEDES	23
3	0020760-90.2016.5.04.0383	15/07/16	Notificação	ANDREA FARIAS GUEDES	20
4	0020339-74.2014.5.04.0382	20/07/16	Notificação	ANDREA FARIAS GUEDES	15
5	0020915-93.2016.5.04.0383	20/07/16	Notificação	ANDREA FARIAS GUEDES	15
6	0020358-83.2014.5.04.0381	21/07/16	Notificação	ANDREA FARIAS GUEDES	14

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 06.07.2016)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Taquara.

André Westermann						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	00	00	01	01
Citação	55	58	59	59	25	22
Condução de Testemunha	02	02	00	00	00	00
Notificação	443	445	179	175	40	44
Penhora	84	86	51	50	48	45
Outros	28	29	27	27	11	10
Total	616	624	316	311	125	122



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	59	59	369	367	314	315
Mandado	06	06	56	56	32	28
Ofício	00	00	01	01	04	04
Total	65	65	426	424	350	347

Andrea Farias Guedes						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	03	03
Citação	00	00	07	07	26	23
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	24	24	33	33
Penhora	00	00	13	13	22	20
Outros	00	00	04	04	52	51
Total	00	00	48	48	136	130
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	66	59	239	238
Mandado	00	00	07		46	40
Ofício	00	00	02	02	12	12
Total	00	00	75	68	297	290



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Carlos Roberto Silva Martins						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	06	06	00	00
Citação	54	54	36	35	22	20
Condução de Testemunha	02	02	01	01	00	00
Notificação	448	450	109	109	46	46
Penhora	86	87	72	72	21	20
Outros	33	33	22	22	22	20
Total	627	630	246	245	111	106
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	50	47	366	358	267	237
Mandado	09	08	34	35	29	24
Ofício	00	00	15	15	08	08
Total	59	55	415	408	304	269

Cláudio Luis da Vinha Noronha						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	03	03	01	01
Citação	25	25	32	32	16	16
Condução de Testemunha	00	00	02	02	00	00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Notificação	2014		2015		2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	414	414	176	176	53	53
Penhora	61	61	58	58	20	20
Outros	34	34	26	26	04	04
Total	536	536	297	297	94	94
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	97	77	419	431	229	237
Mandado	08	08	40	40	39	39
Ofício	00	00	07	07	04	04
Total	105	85	466	478	272	280

Diego Anzilago Gobatto						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	03	00	00	00	00
Citação	29	29	27	27	02	03
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	20	19	31	31	05	05
Penhora	65	65	13	17	05	04
Outros	30	30	12	11	06	07
Total	146	146	83	86	18	19
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Notificação	10	08	314	313	260	220
Mandado	06	05	42	43	27	25
Ofício	00	00	09	09	03	03
Total	16	13	365	365	290	248

Irineu Pedro Schnorr

INFOR

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	06	06	01	01	01	01
Citação	50	50	14	14	27	27
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	457	458	79	79	27	27
Penhora	103	103	48	48	38	38
Outros	00	31	20	20	11	11
Total	617	649	163	163	104	104

PJe-JT

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	124	107	324	341	372	364
Mandado	08	08	37	36	28	29
Ofício	00	00	08	08	03	03
Total	132	115	369	385	403	396

Sandro Borges Fortes Viecili

INFOR



	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	05	05	03	03	01	01
Citação	69	69	53	53	21	21
Condução de Testemunha	01	01	04	04	00	00
Notificação	445	445	84	84	37	37
Penhora	108	109	66	65	67	67
Outros	30	30	31	31	10	10
Total	658	659	241	240	136	136
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.06)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	146	129	246	259	194	179
Mandado	23	23	59	59	35	35
Ofício	00	00	08	07	05	06
Total	169	152	313	325	234	220

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte.

Informou o Coordenador que as certidões negativas são expedidas e entregues assim requeridas e que os documentos juntados com o pedido são mantidos por 180 dias. Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, em torno de 34 certidões negativas por mês em 2015, média inferior à verificada em 2014.

No ano de 2015 foram protocolizadas, em média, 106,22 petições diárias vinculadas a processos físicos no Foro, constatando-se uma queda de 44,39% em relação ao ano de 2014, devido à implantação do processo judicial eletrônico (PJe-JT).

Afirmou o Coordenador que tem tomado providências para a unificação dos dados cadastrais das reclamadas, utilizando como subsídios as certidões dos Ofícios de Justiça e consultas a SEFAZ, JUCERGS e SRFB. Alegou, entretanto, ser impossível chegar a 100% do cadastro unificado em razão das reclamatórias arquivadas na inicial pelo art.844 da CLT contra empresas de



“fundo de quintal” e sem registro. Disse, ainda, haver reclamações verbais, mas poucas: 4 em 2014 e outras 4 em 2015.

A unidade lança os protocolos recebidos e no final do dia os distribui entre as Varas. Durante o dia, se há necessidade, servidores das Varas buscam o protocolo na unidade. Petições urgentes são encaminhadas de imediato para as Varas. A CCDF digitaliza os ofícios recebidos e os incluem nos processos eletrônicos. Também digitaliza os documentos da defesa quando a parte reclamada não tem advogado. Não imprimem as petições recebidas pelo VIPE, tarefa feita diretamente nas Varas.

O Coordenador, no PJe, distribui os mandados aos oficiais assim que os recebe. Informou controlar o prazo no sistema e não serem comuns atrasos injustificados. Como os mandados são devolvidos pelo Oficial diretamente à Vara, não há qualquer controle da certidão pelo coordenador, o que não ocorre nos processos físicos, nos quais ocorre a conferência das certidões. Ainda que estejam atuando apenas 7 OJs – deveriam ser 8, dois por Vara – entende o Coordenador que tal número é suficiente. Há regime de plantão semanal e são os próprios Oficiais que se organizam, apenas informando ao Coordenador as escalas.

Em razão de combinação entabulada com os diretores das Varas, no Foro de Taquara a CCDF assumiu a triagem inicial dos processos eletrônicos: os servidores conferem o nome do reclamante com os documentos juntados, se tais documentos estão na posição correta e se o endereço indicado da reclamada é o atual. Os servidores utilizam o cadastro de reclamadas do inFOR para a conferência de endereço. Os próprios OJs informam à CCDF quando ocorre mudança no endereço das reclamadas. Eventuais problemas ou discrepâncias são apontados no campo de alerta do PJe e a vara toma as providências cabíveis.

A unidade presta auxílio aos advogados na utilização do PJe mas, segundo o Coordenador, tal demanda é pequena. Destacou ele, contudo, que muitos advogados utilizam o *scanner* da unidade, sem necessidade de qualquer auxílio.

Apontou uma discrepância na quantidade dos processos indicados na listagem dos processos arquivados com dívida pela consulta ao inFOR e ao PJe em relação à listagem produzida na pesquisa pelo CNPJ da empresa. Conforme concluiu, tal diferença ocorre em razão da existência de processos arquivados com dívida que foram desarquivados pelo JACEP para, após análise e inscrição dos devedores no BNDT, serem arquivados sem dívida.

Registra-se que o espaço físico é adequado e o arquivo está em ótimas condições.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, constata-se que o trabalho está em dia e que a Coordenadoria tem auxiliado bastante as Varas em relação aos processos eletrônicos, o que é elogiável. Merece destaque, ainda, o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores durante a inspeção.

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES



ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)

Determina-se sejam certificadas as diligências dos Oficiais de Justiça quando decorrer o prazo para cumprimento do mandado sem devolução à unidade.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na 1ª Vara do Trabalho de Taquara, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Na ocasião, o Desembargador Vice-Corregedor Regional, Marçal Henri Figueiredo, concedeu entrevista ao Jornal Panorama e recebeu o advogado Sérgio Ivan de Souza Moreira.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à essa Vice-Corregedoria, através do e-mail vice_cor@trt4.jus.br, sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Mauro Augusto da Silva e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor